

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental no Agravo de  
Instrumento n.º: 0324636-8**

**17ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Agravante: Telemar Norte Leste S/A (Oi Fixo)**

**Agravado: CENTRO DE RADIOTERAPIA DE PERNAMBUCO LTDA - CERAPE**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.**

**EMENTA:** AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. MULTA. RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE *PERICULUM IN MORA*. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A natureza jurídica das astreintes é precipuamente inibitória, ou seja, a sua finalidade é obrigar a parte a cumprir a ordem proferida pelo órgão julgador. Dessa forma, o seu valor pode e deve ser alto, tanto quanto necessário para compelir ao cumprimento do mandamento judicial.

2. Recurso que se nega provimento. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, Acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife,

10/06/2014

  
**Stênio Neiva Coêlho**  
Desembargador Relator



**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**Agravo Regimental no Agravo de  
Instrumento n.º: 0324636-8**

**17ª Vara Cível da Comarca de Recife**

**Agravante: Telemar Norte Leste S/A (Oi Fixo)**

**Agravado: CENTRO DE RADIOTERAPIA DE PERNAMBUCO LTDA - CERAPE**

**Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho.**

**RELATÓRIO/VOTO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto pela Telemar Norte Leste S/A (Oi Fixo) contra decisão terminativa (fls. 186/187) de minha lavra que, nos autos do Agravo de Instrumento de mesmo número, conheceu do recurso, contudo, negou provimento ao agravo de instrumento, mantendo-se incólume a decisão vergastada.

A Agravante aduz, em síntese, a mesma fundamentação do agravo de instrumento: a) a decisão agravada causa-lhe lesão grave e de difícil reparação; b) não foi estabelecido prazo razoável para o cumprimento da obrigação de fazer; c) redução da multa cominatória;

Não exercido o juízo de retratação e independentemente de pauta, ponho o feito em mesa para julgamento.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, "e", do RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o Relatório.

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Cinge-se o debate do presente recurso objetivando a declaração do valor da multa como excessivo, bem como ampliação do prazo para cumprimento da obrigação de fazer.

Saliente-se que a decisão agravada determinou a reativação de linhas telefônicas do agravado que já estavam quitadas, no prazo de 24 horas, definindo a título de multa em caso de descumprimento de ordem judicial no valor de 2.000,00 (dois mil reais)

Analisando os argumentos esposados pela Agravante, entendo não merecer acolhimento sua pretensão.

A decisão atacada fora lançada nos seguintes termos:

**"DECISÃO TERMINATIVA**

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto pela Telemar Norte Leste S/A em face de Decisão Interlocutória (fls. 49/50) que, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais, deferiu o pedido de tutela antecipada, determinando que a Agravante procedesse a reativação/reestabelecimento de linhas telefônicas do Agravado, sob pena de multa diária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Irresignada, a Telemar manejou o presente Agravo de Instrumento (fls. 02/21) alegando, em síntese, que: (i) a decisão agravada causa-lhe lesão grave e de difícil reparação; (ii) não foi

estabelecido prazo razoável para o cumprimento da obrigação de fazer; (iii) a multa fixada ofende os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Requer, em razão do exposto: (1) a concessão do efeito suspensivo ao presente recurso; (2) a intimação da autora para, querendo, ofertar contraminuta; (3) o provimento do presente Instrumento para declarar excessivo o valor da multa cominatória afastando-a ou reduzindo a mesma para patamares proporcionais e com prazo razoável.

Ao final, pugna para que as intimações sejam feitas em nome do Dr. Erik Sial, OAB/PE nº 15.178.

O recurso exsurgiu atendendo aos requisitos legais, tendo sido instruído com as peças obrigatórias e interposto dentro do prazo processual. Todavia, não merece provimento. Por ser manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência pátria dominante, enseja o julgamento monocrático pelo relator, com a incidência do art. 557, do CPC, em homenagem ao princípio da economia processual.

O presente agravo de instrumento objetiva a declaração do valor da multa como excessivo, bem como ampliação do prazo para cumprimento da obrigação de fazer.

A decisão agravada determinou a reativação/reestabelecimento de linhas telefônicas do Agravado que já estavam quitadas, no prazo de 24 horas, e definiu valor devido a título de multa em caso de descumprimento de ordem judicial.

Compulsando os autos, verifico que o juízo de 1º grau fixou multa no valor de R\$ 2.000,00, em caso do descumprimento da ordem judicial.

Alega o Agravante excesso no valor da multa e que o prazo fixado para cumprimento da obrigação não foi razoável. Tal afirmativa não merece prosperar. A uma porque a multa só será aplicada em caso de descumprimento da ordem judicial. A duas porque a natureza das astreintes é precipuamente inibitória, ou seja, a sua finalidade é obrigar a parte a cumprir a ordem proferida pelo órgão julgador. Dessa forma, o seu valor pode e deve ser alto, tanto quanto necessário para compelir ao cumprimento do mandamento judicial. Periodicidade e o aumento da multa se justificam pelo fato de ser a multa medida de execução indireta, destinada a forçar o devedor a cumprir a obrigação, a diminuição da multa é injustificável, porque a multa não é destinada a fazer com que o devedor a pague, mas que não a pague e cumpra a obrigação na forma específica.

Ademais, estando pagas as faturas, não devia sequer ter havido suspensão do serviço.

Não é outro o entendimento dos demais Tribunais de Justiça do País:

APELAÇÃO CÍVEL - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA COMINANDO MULTA DIÁRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO - DESRESPEITO À DECISÃO - PEDIDO DE MINORAÇÃO DA MULTA - IMPOSSIBILIDADE NO CASO CONCRETO - DESÍDIA INJUSTIFICADA EM CUMPRIR O COMANDO JUDICIAL - MANUTENÇÃO DAS ASTREINTES - RECURSO IMPROVIDO. - A natureza das astreintes é precipuamente inibitória, ou seja, a sua finalidade é obrigar a parte a cumprir a ordem proferida pelo órgão julgador. Dessa forma, o seu valor pode e deve ser alto, tanto quanto necessário para compelir ao cumprimento do mandamento judicial. - A periodicidade e o aumento da multa se justificam pelo fato de ser a multa medida de execução indireta, destinada a forçar o devedor a cumprir a obrigação, a diminuição da multa é injustificável, porque a multa não é destinada a fazer com que o devedor a pague, mas que não a pague e cumpra a obrigação na forma específica. (TJ-SE - AC: 2010219792 SE, Relator: DES. OSÓRIO DE ARAUJO RAMOS FILHO, Data de Julgamento: 28/03/2011, 2ª.CÂMARA CÍVEL, undefined)AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. INSURGÊNCIA POR PARTE DO BANCO EM RELAÇÃO À LIMINAR QUE VEDOU INSCRIÇÃO EM CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO, ALTEROU OS DESCONTOS EM FOLHA DE PAGAMENTO E FIXOU MULTA DIÁRIA PARA O CASO DE DESCUMPRIMENTO DA ORDEM. AUSÊNCIA DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES. MANUTENÇÃO DAS ASTREINTES FIXADAS. POR

MAIORIA, VENCIDO O RELATOR, NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravado de Instrumento Nº 70044049344, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em 19/10/2011) (TJ-RS - AI: 70044049344 RS , Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Data de Julgamento: 19/10/2011, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 24/10/2011, undefined) AGRADO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MANUTENÇÃO DAS ASTREINTES FIXADAS, TENDO EM VISTA QUE O VALOR DEVE SER SIGNIFICANTE DIANTE DE SUA NATUREZA INIBITÓRIA. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. (Agravado de Instrumento Nº 70033729989, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em 07/12/2009) (TJ-RS - AI: 70033729989 RS , Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Data de Julgamento: 07/12/2009, Décima Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2009, undefined)

Pelo exposto, voto no sentido de negar provimento ao Agravado de Instrumento, mantendo-se incólume a decisão agravada.

Recife, 16/04/2013.


Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator  
”.

Conforme claramente se percebe, a decisão hostilizada encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico, merecendo ser mantida por seus próprios fundamentos jurídicos.

Face ao exposto, conheço do presente Agravado Regimental, porém, **nego-lhe provimento**.

É como Voto.

Recife, 10/06/2014

  
Stênio Neiva Coêlho  
Desembargador Relator